



Relatório Institucional 2023

Brasília/DF, 2024

Inesc em números | 2023

Alcance	Alcançamos 19.769 mil pessoas , sendo 57% mulheres, em 366 atividades.
Público diretamente atendido pelo Inesc em 2023	519 crianças, adolescentes, jovens, ativistas e lideranças de organizações e movimentos sociais, sendo 63% mulheres .
	Formamos 149 crianças e adolescentes de escolas públicas em Orçamento e Direitos, sendo 60% mulheres.
	Formamos 37 estudantes do ensino médio em Orçamento e Direitos.
	Formamos 70 jovens em Orçamento e Direitos, sendo 88% mulheres.
	Formamos 200 pessoas do curso de Cidadania Fiscal na modalidade EAD, sendo 55% mulheres.
	Formamos 63 lideranças quilombolas e indígenas em Orçamento e Direitos, sendo 69% mulheres.
Campanhas promovidas pelo Inesc ou que contaram com ativa participação do Inesc	<ul style="list-style-type: none">• Campanha #ElasFicam: campanha contra a Violência de Gênero e Raça, em defesa dos mandatos das parlamentares de esquerda processadas no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, Célia Xakriabá (Psol-MG), Sâmia Bomfim (Psol-SP), Talíria Petrone (Psol-RJ), Erika Kokay (PT-DF), Fernanda Melchionna (Psol-RS) e Juliana Cardoso (PT-SP).• Depois do Desmonte – Balanço do Orçamento Geral da União 2022.• Subsídios aos Combustíveis Fósseis e Renováveis no Brasil (2018-2022): reformar para uma transição energética justa.

<p>Principais produtos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Balanço do Orçamento Geral da União 2022 (“Depois do desmonte”). • Subsídios às fontes fósseis e renováveis no Brasil (2018-2022): reformar para uma transição energética justa. • Gastos com educação nos estados e no DF (2019-2023). • Cartilha Vivências em Orçamento e Direitos de Juventudes Indígenas e Quilombolas. • Relatório Transparência: análise sobre os dados da educação nos portais de transparência das unidades federativas. • Vídeos da Série “O Debate Fiscal”. • A retomada da PNGATI: um estudo a partir dos Planos de Gestão Indígena das Terras Indígenas (PGTAs) no Brasil. • Informativo Violência de gênero em contexto de exploração mineral: caso do sudeste do Pará. • Informativo Mulheres Amazônidas: municípios do sudeste do Pará que mais arrecadam royalties de mineração são campeões em violência contra a mulher. • Aspectos jurídicos da relação contratual entre empresas e comunidades do Nordeste brasileiro para a geração de energia renovável.
<p>Incidências realizadas</p>	<p>Realizamos 130 incidências, das quais 47 com resultados efetivos (36%).</p> <p>Os/as formandos/as realizaram 46 atividades de incidência em todo território nacional.</p>
<p>Principais resultados de incidências</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Campanha #ElasFicam. • Aumento de 20% dos recursos das multas do Fundo Nacional de Meio Ambiente do Ibama para 50% das multas recebidas. • Criação, no Senado, da Comissão Permanente em Defesa da Democracia. • Criação do Conselho Consultivo Permanente da Sociedade Civil (CCPSC) na Plataforma Latino-americana de Tributação (PTLAC). • Nações Unidas aprovam a demanda da União Africana para a instalação de um processo de construção da Convenção sobre Tributação Internacional. O Inesc participou do movimento apoiando a demanda da África.
<p>Prêmios</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Prêmio APERGS de Direitos Humanos Procurador Jacques Alfonsin. • Websérie “Tapajós: uma breve história da transformação de um rio”. • Festival Samburá de Cinema e Cultura do Mar (Fortaleza-CE, 2023) – Menção Honrosa de Melhor Filme. • 6º Curta Caicó (Caicó-RN, 2023) – Prêmio da Crítica da Mostra Paralela Ambiental.

Expediente

EQUIPE DO INESC

(Dezembro/2023)

Conselho Diretor

Aline Maia Nascimento
Júlia Alves Marinho Rodrigues
Márcia Anita Sprandel
Roseli Faria

Conselho Fiscal

Enid Rocha
Mario Lisbôa Theodoro
Ribamar Araújo
Augustino Veit (suplente)

Colegiado de Gestão

Cristiane da Silva Ribeiro
José Antonio Moroni
Nathalie Beghin

Gerente Financeiro, Administrativo e de Pessoal

Ana Paula Felipe

Assistente da Direção

Marcela Coelho M. Esteves
Thayza Benetti

Equipe de Comunicação

Gabriela Alves
Mara Karina Sousa-Silva
Sílvia Alvarez
Thays Puzzi

Assessoria Política

Alessandra Cardoso
Carmela Zigoni
Cássio Cardoso Carvalho
Cleo Manhas
Gabriela Nepomuceno
Leila Saraiva
Tatiana Oliveira
Thallita de Oliveira

Assessoria Técnica

Dyarley Viana de Oliveira

Educador Social

Markão Aborígene
Sofia Ashley

PMAA – Planejamento, Monitoramento, Avaliação, Aprendizagem

Adriana Silva Alves

Assistente de Contabilidade

Josemar Vieira dos Santos

Assistente Financeiro

Ricardo Santana da Silva

Auxiliares Administrativos

Adalberto Vieira dos Santos
Eugênia Christina Alves Ferreira
Isabela Mara dos Santos da Silva

Auxiliar de Serviços Gerais

Roni Ferreira Chagas

Estagiária

Eduarda R. Aguiar Figueiredo

APOIO INSTITUCIONAL

Charles Stewart Mott Foundation
CLUA – Climate and Land Use Alliance
ETF - Energy Transition Fund
Fastenaktion
Fundação Ford
Fundação Heinrich Böll
Fundar
Fundo Canadá
ICS – Instituto Clima e Sociedade
Kindernothilfe
Malala Fund
Misereor
OSF – Open Society Foundations
Oxfam Brasil
PPM – Pão para o Mundo
Rainforest Foundation Norway
Wellspring

Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos

Endereço: SCS Quadra 01 - Bloco L, nº 17,
13º Andar Cobertura – Edifício Márcia. CEP:
70. 307-900 - Brasília/DF
Telefone: + 55 61 3212-0200
E-mail: inesc@inesc.org.br
Página Eletrônica: www.inesc.org.br

*É permitida a reprodução total ou parcial
do texto, de forma gratuita, desde que seja
citada a fonte e inclua a referência ao texto
original.*

Sumário

Lista de Siglas	7
Apresentação	9
1. Quem somos e como nos organizamos?	11
2. Objetivo específico 1: sujeitos de direitos diversos com capacidade para influenciar, em âmbitos nacional e internacional, o orçamento público no enfrentamento das desigualdades e das iniquidades, em especial o sexismo e o racismo	13
2.1. Formação em Orçamento e Direitos	13
2.2. Promoção da justiça fiscal	15
2.3. Monitoramento dos recursos destinados às políticas sociais, ambientais e de energia	17
2.4. Atuando para evitar retrocessos em espaços internacionais ...	18
2.5. Inesc reconhecido como referência nas áreas de orçamento público e justiça fiscal	19
Desempenho do Inesc na área de comunicação	19
2.5.1. Site	19
2.5.2. Redes Sociais	20
2.5.3. Inesc na mídia	20
3. Objetivo específico 2: sujeitos políticos subalternizados têm seus modos de vida e suas práticas reconhecidos e considerados pelas políticas públicas para a efetivação de direitos nos âmbitos local, nacional e internacional	21
3.1. Direito à cidade	21
3.2. Justiça ambiental e climática	21
3.3. Transição energética	21
3.4. Impactos de grandes empreendimentos	22
3.5. Articulação com povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais	22
3.6. Transferência de renda, novo Bolsa Família	23

3.7. Atuando na agenda internacional para evitar retrocessos nos territórios.....	23
3.7.1. Impactos de acordos internacionais de comércio	23
3.7.2. O Inesc na COP 28.....	24
4. Objetivo específico 3: coletivos, movimentos, povos e comunidades tradicionais fortalecidos para a promoção da distribuição equitativa de poder na sociedade, com ênfase na ação política antirracista e feminista	25
4.1. A CPMI dos Atos Golpistas de 8 de janeiro	25
4.2. Campanha #ElasFicam.....	25
4.3. Acompanhamento da PEC 09/2023 e da Minirreforma Eleitoral.....	25
4.4. GT de Prevenção e Combate à Violência Política de Gênero do Ministério Público Federal.....	26
4.5. Jornada das Pretas	26
5. Objetivo Específico 4: O Inesc tem a sua gestão institucional e a sua capacidade de captação de recursos aprimoradas.	27
5.1. Sustentabilidade financeira	27
5.2. Formações internas.....	27
5.3. Inovação.....	28
6. Considerações finais: desafios para 2024.	29
ANEXO I: Inserção política do Inesc nos âmbitos nacional e internacional	30
Em âmbito nacional	30
Em âmbito internacional	31
ANEXO II: Resultados alcançados em 2023.....	32

Lista de Siglas

ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
AFOCEFE Sindicato	Associação dos Órgãos Centrais da Fazenda Estadual
APERGS	Associação de procuradores do estado do Rio Grande do Sul
APIB	Articulação dos Povos Indígenas
BGU	Balanço do Orçamento Geral da União
BIC	Bank Information Center
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CDD	Comissão Permanente em Defesa da Democracia
CDES	Conselho de Desenvolvimento Econômico, Social Sustentável
CDVM	Coalizão Direitos Valem Mais
CEBAS	Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social na Área de Educação
CLDF	Câmara Legislativa do Distrito Federal
COP	Conferência das Partes das Nações Unidas
Congefimi	Conselho Fiscal de Obras de Infraestrutura de Miritituba
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CPS	Conselho de Participação Social
CTICC	Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção
EFTA	Associação Europeia de Comércio Livre
FAOR	Fórum da Amazônia Oriental
GT	Grupo de Trabalho
HdB	Empresa Hidrovias do Brasil
IAM	Mecanismo de Responsabilização Independente
ICS	Instituto Clima e Sociedade
IFC	International Financial Corporation
INESC	Instituto de Estudos Socioeconômicos
Latindadd	Rede Latino-Americana por Justiça Econômica e Social
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAB	Movimento de Atingidos por Barragens
MPF	Ministério Público Federal
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PEC	Proposta de Emenda à Constituição

PGTA	Plano de Gestão Territorial e Ambiental
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Projeto de Lei
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PNGATI	Política de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas
PPA	Plano Plurianual
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
Rebrip	Rede Brasileira pela Integração dos Povos
Sinpro	Sindicato dos Professores do DF
STTR/ Rurópolis	Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
EU	União Europeia
UNFCCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima

Apresentação

Em 2023, com a eleição de Lula a presidente do Brasil, uma onda de esperança tomou conta do país, pelo menos para pouco mais da metade da população que votou nele. Contudo, os desafios são enormes, como pôde ser visto logo no início do ano, com a tentativa de golpe de Estado e os ataques violentos aos poderes da República perpetrados por grupos de extrema direita em 8 de janeiro. Soma-se a essa permanente tensão vinda de extremistas um Congresso majoritariamente conservador, extremista e fisiológico, que chantageia o Executivo em troca de favores e privilégios.

Entretanto, apesar desse contexto adverso, o governo federal conseguiu pôr em marcha medidas importantes para o enfrentamento da fome, da pobreza e das desigualdades. Do ponto de vista simbólico, foi estruturado um ministério que, além de incluir mulheres e pessoas negras, contou, pela primeira vez na história do país, com uma ministra indígena. Foram, ainda, criadas pastas para atender a demandas da sociedade como, por exemplo, o Ministério das Mulheres, o Ministério da Igualdade Racial, o Ministério dos Povos Indígenas, da Cultura e o Ministério do Planejamento. As instâncias de participação social foram retomadas com a reinstalação de muitos conselhos que haviam sido extintos. Também houve a retomada das conferências nacionais.

Nesse processo de recuperação, o Inesc integra o Conselho de Participação Social (CPS), o Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção (CTICC) e a Câmara Técnica de Transformação do Estado, do Conselho de Desenvolvimento Econômico, Social Sustentável (CDES). Participamos ativamente da construção da 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Na área social, buscando reconstruir as políticas públicas que haviam sido desmontadas desde o golpe de 2016 e aprofundadas pelo governo Bolsonaro, foram retomados programas importantes como Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida, Mais Médicos, Farmácia Popular, Casa da Mulher Brasileira, Programa Nacional de Ações Afirmativas e Brasil Sorridente. Além disso, para enfrentar a fome, o Executivo aumentou os recursos alocados no Programa Nacional de Alimentação Escolar, ampliou o Programa de Aquisição de Alimentos e lançou o novo Plano Safra da Agricultura Familiar. O salário mínimo foi aumentado o que, além de contribuir para elevar a renda de milhões de trabalhadores, também teve impacto nos benefícios previdenciários e assistenciais. Em relação aos povos indígenas, houve a retomada das demarcações com a homologação de 8 terras no primeiro ano de governo – embora o compromisso expresso no Governo de Transição fosse de 14 terras homologadas. No mesmo período, 11 comunidades quilombolas foram tituladas.

Na área econômica, o Executivo encaminhou proposta de regras fiscais em substituição ao fracassado Teto de Gastos, que foi aprovada pelo Congresso. O governo também pautou no Legislativo a reforma tributária, sendo aprovada a chamada primeira etapa, que diz respeito mais à simplificação do sistema do que à justiça tributária propriamente.

No que se refere ao meio ambiente, foi nomeada uma ministra ambientalista com prestígio internacional, que já conseguiu diminuir os índices de desmatamento na Amazônia.

No âmbito internacional, Lula vem contribuindo para reposicionar o Brasil na cena global. Para tal, além de buscar fortalecer a América Latina e retomar as relações com países africanos, visitou os principais parceiros comerciais do país – Estados Unidos, China e União Europeia – e participou das reuniões do G7, BRICS e G20, além de abrir a Assembleia anual das Nações Unidas em setembro. Em relação à guerra de Israel contra o Hamas, o Brasil deu nome ao que está acontecendo: “genocídio contra o povo palestino”.

Apesar desses avanços, existem preocupações. A regra fiscal aprovada limita em demasia o gasto público, tão necessário para impulsionar o crescimento econômico e fechar as enormes brechas sociais e ambientais existentes no Brasil. E as medidas tomadas para aumentar a arrecadação, como a diminuição dos benefícios tributários ou a taxação dos super-ricos, encontram fortes resistências no Congresso Nacional. A economia não decola. Em 2023, o PIB cresceu 2,9%, com previsão de crescimento de 2,2% para 2024. A transição para uma economia de baixo carbono se vê comprometida com as propostas de expansão de exploração de petróleo na margem equatorial do país.

No que se refere ao enfrentamento da extrema direita e à construção de uma democracia real, vemos o governo sem forças suficientes para enfrentar um congresso conservador, e sem diálogos consistentes com a sociedade que possibilitem um movimento político para se (re)pensar a nossa história e as nossas mazelas e construir um projeto de nação.

Nesse contexto, o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) atuou somando esforços ao processo de “reconstrução” nacional, participando de conselhos de políticas públicas e de debates em torno de programas e ações de governo. Também atuamos, em parceria com outras organizações e movimentos sociais, na defesa da democracia, tanto lutando por processos eleitorais mais justos e inclusivos como incidindo nos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre os atos golpistas.

Não deixamos de defender os direitos humanos. Por isso, fomos críticos à proposta de regras fiscais aprovada, assim como questionamos o encaminhamento da reforma tributária que privilegiou, em um primeiro momento, a simplificação do sistema em detrimento de sua progressividade. Entendemos a necessidade de aperfeiçoamento da participação social, ainda muito mais formal do que efetiva.

Internamente, vivenciamos uma mudança na direção do Inesc, na medida em que Iara Pietricovsky, há mais de 20 anos participando do colegiado de gestão, aposentou-se. No seu lugar assumiu Nathalie Beghin que, junto com José Antônio Moroni e Cristiane Ribeiro, formam o atual colegiado de gestão do Instituto.

Cristiane Ribeiro, José Antônio Moroni, Nathalie Beghin
Colegiado de Gestão

1. Quem somos e como nos organizamos?

O Inesc é uma organização não governamental sem fins lucrativos, não partidária e com finalidade pública. Tem por missão “contribuir para o aprimoramento dos processos democráticos visando à garantia dos direitos humanos, mediante o diálogo com o/a cidadão/ã e a articulação e o fortalecimento da sociedade civil para influenciar os espaços de governança nacional e internacional e a consciência da sociedade”.

Criado em 1979, o Inesc orienta-se para ampliar a participação em espaços de poder e de deliberação de políticas públicas. Em suas intervenções sociais, utiliza o instrumental orçamentário como eixo estruturante do fortalecimento e da promoção da cidadania. Para ampliar o impacto de suas ações, o instituto atua em estreita parceria com outras organizações, movimentos e coletivos sociais.

O ano de 2023 foi de continuidade da implementação do novo plano estratégico do período de 2022 a 2025. Assim, nossa atuação está organizada em torno de um objetivo geral e de quatro objetivos específicos. Nosso **objetivo geral** é o de contribuir para que o Brasil avance na construção de um ambiente democrático com distribuição de poder e oriente seu orçamento público para promover direitos com equidade. Para alcançarmos essa meta, estabelecemos os seguintes **objetivos específicos**: (1) sujeitos de direitos diversos com capacidade para influenciar, em âmbitos nacional e internacional, o orçamento público no enfrentamento das desigualdades e das iniquidades, em especial o sexismo e o racismo; (2) sujeitos políticos subalternizados têm seus modos de vida e suas práticas reconhecidos e considerados pelas políticas públicas para a efetivação de direitos nos âmbitos local, nacional e internacional; (3) coletivos, movimentos, povos e comunidades tradicionais fortalecidos para a promoção da distribuição equitativa de poder na sociedade, com ênfase na ação política antirracista e feminista; e (4) o Inesc tem sua gestão institucional e sua capacidade de captação de recursos aprimoradas.

Esperamos que a nossa atuação, com outros/as, nos leve à conquista de nove **resultados** que são medidos a partir de 21 **indicadores**, incluindo os indicadores de objetivos. Nossas principais **estratégias de atuação** são: a) produzir informações sobre investimentos, políticas públicas, orçamento, justiça fiscal e negociações internacionais para alimentar as lutas por direitos humanos e pela democracia. As áreas centrais de intervenção são aquelas nas quais o Inesc possui expertise: justiça fiscal, saúde, educação, direito à cidade, meio ambiente, igualdade racial, equidade de gênero, povos indígenas, quilombolas, crianças e adolescentes, outro sistema político; b) formar crianças, adolescentes, jovens, ativistas e lideranças em orçamento e direitos e justiça fiscal; c) incidir junto ao Poder Público – Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público –, buscando evitar retrocessos no sistema político e na realização de direitos humanos; d) articular ações de incidência e resistência nos âmbitos local, nacional e internacional; e) trabalhar com outros para potencializar e legitimar o alcance das ações por meio de parcerias, mobilizações e campanhas.

Em 2023, dando continuidade a uma estratégia de sustentabilidade financeira sólida, procuramos manter a diversificação de nossas fontes de financiamento: contamos com o apoio

de 20 organizações e administramos 6 projetos de articulações de que o Inesc faz parte. Entre organizações financiadoras estão fundações americanas e agências de cooperação solidária internacional. Nosso orçamento foi da ordem de R\$ 10 milhões e contamos com uma reserva com pouco mais de R\$ 3 milhões. Nossa equipe alcançou um total de 31 profissionais, incluindo direção, assessoria, área administrativo-financeira e estagiários/as, sendo a maioria composta por mulheres (71%) e metade autodeclarada negra.

Continuamos aperfeiçoando os mecanismos de monitoramento das nossas atividades e realizamos formações na plataforma de análise de dados Power BI, o que contribuiu para o aprimoramento da apresentação dos resultados alcançados.

Na área administrativa e financeira, o ano de 2023 ficou marcado pela atualização do sistema Radar, que integra os campos financeiro e contábil. Em 2024, o sistema estará disponível para implementação final, assim como a parte gerencial.

Para atendermos aos requisitos de transparência e *accountability*, disponibilizamos as informações institucionais no nosso site (documentos constitutivos; sócios; conselhos diretor e fiscal; relatórios de atividades, de auditoria e financeiros; projetos e apoiadores, entre outras informações). Possuímos, ainda, e-mail institucional, por meio do qual qualquer cidadão/ã pode se comunicar conosco, solicitar informações, apresentar sugestões e encaminhar queixas e reclamações.

A seguir, apresentamos os principais resultados alcançados em 2023 em torno dos quatro objetivos específicos que norteiam nosso plano estratégico.

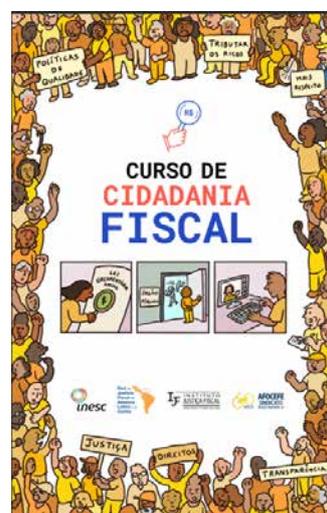
2. Objetivo específico 1: sujeitos de direitos diversos com capacidade para influenciar, em âmbitos nacional e internacional, o orçamento público no enfrentamento das desigualdades e das iniquidades, em especial o sexismo e o racismo

No âmbito deste objetivo, atuamos em diversas frentes na luta por justiça fiscal: realizamos a formação de crianças, adolescentes, jovens e lideranças de organizações e movimentos sociais para a interpretação e análise do orçamento público na perspectiva dos direitos humanos. Para tal, utilizamos metodologia desenvolvida pelo Inesc intitulada “[Orçamento e Direitos](#)”. Realizamos estudos e pesquisas sobre gastos federais em áreas específicas e atuamos, no âmbito internacional, em espaços como a Agenda 2030, o G20 e a Cúpula Latino-americana para uma Tributação Inclusiva, Sustentável e Equitativa.

2.1. Formação em Orçamento e Direitos

Em 2023, o Inesc formou, na metodologia Orçamento e Direitos, **519 pessoas**, sendo 325 mulheres (63%) e 192 homens (ver tabela 1). A maior parte das pessoas formadas é composta de negras, quilombolas e indígenas.

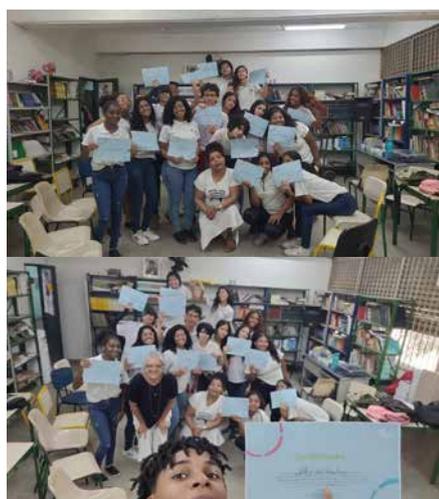
Em parceria com o Instituto Justiça Fiscal, o Afocefe Sindicato e a Rede de Justiça Fiscal da América Latina e Caribe, elaboramos [um curso online e gratuito](#) sobre política fiscal. Com uma carga horária de 40 horas, o Curso de Cidadania Fiscal disponibiliza, além de vídeos instrutivos, uma apostila que resume o conteúdo do curso e conta com as ilustrações do coletivo Gazetinha de Guanabara. Ao final da formação, os alunos, com apoio dos monitores e professores do curso, compreendem a estrutura do Estado, suas fontes de financiamento e o funcionamento do sistema tributário. Além disso, aprendem a decifrar o orçamento público e a colocar em prática o controle social de forma efetiva, podendo fazer a diferença em sua comunidade. Foram formadas 200 pessoas.



Em relação a crianças, adolescentes e juventudes, formamos 214 alunos de territórios e perfis variados vindos de escolas públicas do DF, jovens de comunidades indígenas e quilombolas, assim como meninas de escolas públicas de Salvador (BA) e do Rio Janeiro (RJ). Destacamos também a formação de 63 quilombolas e indígenas, para incidência destas comunidades no Plano Plurianual (PPA).

TABELA 1 INESC, PESSOAS FORMADAS EM ORÇAMENTO E DIREITOS, POR SEXO, 2023

Públicos	Mulheres	Homens	Total
Crianças e adolescentes (DF)	90	59	149
Meninas de escolas públicas (Salvador e Rio de Janeiro)	34	3	37
Formação sobre o Plano Plurianual e a Participação Indígena	28	19	48
Formação do Coletivo de Mulheres da Conaq sobre PPA (2024-2027)	15	0	15
Formação em O&D para Coalizão pela Socioeducação	8	2	10
Orçamento e Direitos das Juventudes Quilombolas e Indígenas	18	14	32
Curso de Cidadania Fiscal	110	89	200
Mapa das desigualdades	22	6	28
Total	325	192	519



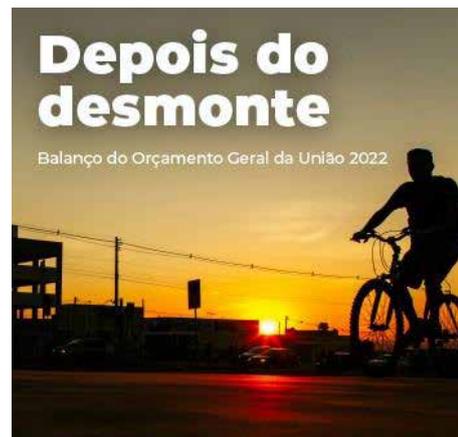
Atuação com a rede de ativistas Malala e ações em Salvador (BA) e Rio de Janeiro (RJ).



Ações do Inesc no Distrito Federal.

2.2. Promoção da justiça fiscal

Em abril, lançamos a quarta edição anual do Balanço Geral do Orçamento da União (BGU), intitulada: “[Depois do Desmonte](#)”. A publicação, que teve ampla repercussão na mídia, avaliou o orçamento do governo federal para os quatro anos da gestão Bolsonaro, na perspectiva dos direitos humanos, para as nove áreas de atuação do Inesc: saúde, educação, direito à cidade, meio ambiente, mulheres, igualdade racial, quilombolas, indígenas e crianças e adolescentes. Revelamos como o governo Bolsonaro desmantelou as políticas sociais e ambientais como estratégia deliberada de enfraquecimento do Estado. Apontamos uma agenda possível e necessária do governo Lula para 2023.



Em outubro, divulgamos a análise “[Reflexões sobre o PLOA 2024](#)”, sobre o Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2024, encaminhado pelo Executivo ao Legislativo, que apresenta o projeto do governo Lula para o próximo ano. No geral, os recursos para as áreas que acompanhamos aumentaram.

Para além da publicação de materiais sobre orçamento, incidimos no Parlamento, principalmente por meio da [Coalizão Direitos Valem Mais \(CDVM\)](#), cuja coordenação integramos. Comemoramos o fim do Teto de Gastos – maior reivindicação da Coalizão – e apresentamos para a sociedade nossas preocupações com o novo arcabouço fiscal. Organizamos o Seminário “O novo arcabouço fiscal e a garantia de direitos humanos”, que culminou em um [Manifesto](#) com propostas de alterações à nova regra fiscal, com o intuito de assegurar recursos para a realização de direitos humanos. Também organizamos um seminário sobre a Reforma Tributária e seus impactos nas desigualdades.

Para alcançar maior progressividade do sistema tributário brasileiro e garantir uma reforma “Solidária, Sustentável e Saudável”, o Inesc, junto a um grupo de organizações da sociedade civil organizou o coletivo [Reforma 3S](#) que, em 2023, atuou na tramitação da reforma tributária no Congresso Nacional. Lançamos o grupo em abril, em evento no Parlamento, quando entregamos nosso [Manifesto](#) para o relator da reforma e para o coordenador do Grupo de Trabalho sobre a Reforma Tributária, além de outros deputados. Participamos da Virada Parlamentar Sustentável e conversamos com parlamentares para garantir que produtos de cuidado menstrual fossem abarcados na lista de alíquotas seletivas, além de defender o Imposto Seletivo de ataques sofridos no Congresso. Articulamos também a apresentação do projeto de lei Gestão dos Gastos Tributários (PL 250/23).

Em relação aos incentivos fiscais, demos continuidade à estimativa dos subsídios para os combustíveis fósseis e as energias renováveis com o lançamento do estudo [Subsídios às fontes fósseis e renováveis \(2018-2022\): reformar para uma transição energética justa](#). Além disso, publicamos uma [nota](#) crítica aos incentivos fiscais na Amazônia. Como resultado dessa nota, fomos convidados pelo Ministério da Fazenda para contribuir com melhorias na concessão de benefícios tributários.

Em setembro, em parceria com a Oxfam Brasil, organizamos um [seminário](#) nacional, que contou com a participação do Prêmio Nobel de economia Joseph Stiglitz e do Secretário Extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda. Em seguida, organizamos uma reunião de trabalho que contou com a participação de mais de 40 representantes de organizações e movimentos sociais. Está em gestação a proposta de organizar uma campanha nacional em defesa de um sistema tributário mais justo e inclusivo.



2.3. Monitoramento dos recursos destinados às políticas sociais, ambientais e de energia

Conforme mencionado anteriormente, o Inesc monitora políticas públicas de diversas áreas. Assim, por exemplo, na área de **educação**, lançamos um estudo intitulado “[Transparência: Análise sobre os dados da educação nos portais de transparência das unidades federativas](#)”. Em relação ao **direito à cidade**, organizamos, em Brasília, o seminário nacional “[Transporte como direito e caminhos para a tarifa zero](#)”, que teve por objetivo contribuir com a construção de políticas públicas de Tarifa Zero e fortalecer mobilizações sociais e articulações em defesa da mobilidade urbana como direito. Na área da **criança e do adolescente** continuamos colaborando com a Agenda 227 – Prioridade Absoluta para Crianças e Adolescentes, especialmente no acompanhamento do orçamento federal destinado a este público. No que se refere a **gênero e raça**, publicamos o estudo “[Impactos distributivos da tributação e das transferências monetárias públicas: um olhar sobre gênero e raça](#)”, que evidencia que mulheres negras pobres são as que proporcionalmente mais pagam impostos no Brasil. Também publicamos uma [análise](#) inédita dos gastos do governo Bolsonaro destinados a políticas de enfrentamento da violência contra mulheres. Como integrante do Fórum Feminista Antirracista por uma Política Nacional de Cuidados, incidimos na construção da nova política e na construção do manifesto “[Por uma Política Nacional de Cuidados que enfrente as desigualdades pautada no Bem Viver](#)”.

No que diz respeito aos **povos indígenas**, realizamos um estudo sobre os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) buscando fortalecer esta política, intitulado “[AMPLIAR PARA PRESERVAR: Análise dos PGTA na retomada da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas no Brasil](#)”.

Na área **ambiental**, demos continuidade à série intitulada “[Caminhos para o Financiamento da Política Socioambiental no Brasil](#)” com a publicação de dois estudos: um sobre o Fundo Amazônia Oriental e outro sobre o Fundo Verde para o Clima. Em outubro, organizamos um seminário intitulado “Caminhos para o financiamento da política socioambiental e de mudança do clima: desafios para o PLOA 2024”, com o objetivo de influenciar a elaboração do orçamento para o próximo ano. Também publicamos uma [nota](#) sobre a proposta orçamentária encaminhada pelo Executivo ao Legislativo na área ambiental. Esse processo todo resultou numa conquista importante: a mudança da fonte de financiamento do Fundo Nacional de Meio Ambiente, que contava com apenas 20% dos recursos oriundos das multas recebidas pelo Ibama e, em 2023, por meio da [Lei 14.691, de 2023](#), passou a contar com 50% das multas recebidas.

Começamos a nos aprofundar no tema do **racismo ambiental**, buscando melhor compreender o fenômeno e contribuir para o desenho e a implementação de políticas públicas que possam debelá-lo. Elaboramos, com outras organizações, [documento](#) com 7 princípios e 14 diretrizes com objetivo de como abordar o racismo ambiental como uma pauta estruturante das desigualdades socioambientais na elaboração e implementação de políticas públicas.

Lançamos o monitoramento do orçamento de **energia**, com publicação de [nota](#) específica que evidencia a escassez de recursos previstos para a transição energética em 2024.

Divulgamos o estudo sobre os subsídios aos combustíveis fósseis, intitulado “[Subsídios às fontes fósseis e renováveis no Brasil \(2018 – 2022\): reformar para uma transição energética justa](#)”, no qual inovamos ao apresentar os subsídios destinados às fontes renováveis de energia. Além disso, lançamos uma [ferramenta](#) que permite analisar os dados de forma interativa ao longo da série histórica analisada (2018-2022).



2.4. Atuando para evitar retrocessos em espaços internacionais

O Inesc faz parte do grupo da sociedade civil que monitora a implementação da Agenda 2030 no Brasil. Nessa condição, participamos da elaboração dos capítulos sobre Educação (ODS 4), Mulheres (ODS 5), Energia (ODS 7) e Direito à Cidade (ODS 11) do Relatório Luz, divulgado em 2023. Essa articulação denunciou, tanto em âmbito nacional quanto internacional, os retrocessos do governo Bolsonaro.

Em 2023, o Inesc continuou na copresidência da Rede Latino-americana por Justiça Econômica e Social (Latindadd) que, entre outras estratégias, tem forte atuação junto às instituições financeiras internacionais (como o FMI e o Banco Mundial) na defesa dos direitos humanos. Também fazemos parte da coordenação da Rede de Justiça Fiscal para a América Latina e o Caribe, que atua pela implementação de sistemas tributários mais justos, inclusivos e participativos.

Integramos, ainda, a iniciativa Princípios de Direitos Humanos na Política Fiscal, que reúne oito organizações internacionais, da América Latina e do Caribe, na difusão da mensagem de que as políticas fiscais devem se orientar pelos direitos humanos.

Como parte dessas redes, participamos intensamente das atividades organizadas em torno da Cúpula Latino-americana para uma Tributação Inclusiva, Sustentável e Equitativa organizada pelo governo da Colômbia. Atuamos para garantir a presença qualificada da sociedade civil tanto nos eventos preparatórios como na própria Cúpula.

Com o objetivo de fortalecer os debates sobre transição energética em âmbito internacional, o Inesc apoiou estudos que incidem diretamente no G20. O artigo “[Financiamento de uma transição energética justa através da reforma dos subsídios aos combustíveis fósseis](#)” (tradução livre do inglês) foi lançado no âmbito do Think20 (T20). Este é o grupo de engajamento oficial do G20 e que reúne os principais centros de pesquisa de todo o mundo. Ele serve como “banco de ideias” do G20 e visa fornecer aos líderes do grupo recomendações de políticas baseadas em pesquisas. O estudo, desenvolvido por pesquisadores da Europa, Índia e Brasil, destaca a necessidade de os governos do G20 reforçarem seus compromissos em prol de uma transição energética com justiça social e climática.

Ademais, perto da realização da Cúpula de Líderes do G20, um grupo de organizações internacionais, entre elas o Inesc, divulgou um estudo mostrando que, só no ano passado, os países do G20 gastaram US\$ 1,4 trilhão para apoiar combustíveis fósseis. Segundo o documento “[Fanning the Flames: G20](#)” (“Atiçando as chamas: G20”, em tradução livre), a cifra já é considerada a mais alta da história e inclui subsídios a combustíveis fósseis (US\$ 1 trilhão), investimentos de empresas estatais (US\$ 322 bilhões) e empréstimos de instituições financeiras públicas (US\$ 50 bilhões).

Incidimos também junto ao Banco Mundial/IFC em relação às Hidrovias do Brasil, em parceria com o Bank Information Center (BIC), por meio da qual representamos a International Financial Cooperation (IFC) no Mecanismo de Responsabilização Independente (IAM) do Banco Mundial pelo financiamento e participação acionária na empresa Hidrovias do Brasil (HdB), em Itaituba, no oeste do Pará.



2.5. Inesc reconhecido como referência nas áreas de orçamento público e justiça fiscal

Desempenho do Inesc na área de comunicação

No ano de 2023, buscamos implementar estratégias para fortalecer progressivamente a posição do Instituto como referência na área orçamentária. É importante ressaltar que essa consolidação vai além da comunicação, sendo um processo de construção política com nossos parceiros.

A seguir, apresentamos o desempenho do Inesc nos diversos meios de comunicação.

2.5.1. Site

Em 2023, passamos a utilizar o Google Ads Grant – recurso disponível para organizações sem fins lucrativos – para anunciar conteúdos do nosso site. Os anúncios foram responsáveis por cerca de metade dos acessos ao site durante o ano. Contudo, o total de visualizações diárias se manteve similar ao do ano passado, uma média de 630 por dia, o que significa que, apesar dos anúncios, o acesso orgânico caiu. Continuamos com o desafio de melhorar nosso SEO e tentar casar nossos conteúdos com os temas da conjuntura, gerando maior interesse nos usuários.

Um destaque positivo de 2023 foi a queda de 13% da taxa de rejeição ao site em relação ao ano anterior. Essa métrica é importante, pois mostra que os usuários passaram a dedicar mais tempo à página eletrônica e a navegar por mais páginas internas.

O site do Inesc ainda não aparece nas primeiras páginas de resultados da pesquisa do Google com a palavra-chave “orçamento público”. Os primeiros resultados são sempre de sites governamentais, o que é esperado. Contudo, quando se pesquisa “orçamento e direitos” ou “orçamento público e direitos humanos”, aparecemos em primeiro lugar no resultado da busca. Também estamos bem posicionados no tema “justiça fiscal”, aparecendo em sétimo lugar.

2.5.2. Redes Sociais

Os dados analisados nas mídias sociais institucionais do Inesc em 2023 seguem demonstrando a boa receptividade aos nossos conteúdos no Instagram. Em 2023, tivemos um aumento de 15% no número de seguidores. Nossas postagens alcançaram mais de 77 mil pessoas, com uma média de alcance diário superior a 210 perfis. Já as publicações nos *stories*, somente nos últimos três meses do ano, ultrapassaram 4,3 mil visualizações.

Já no X, antigo Twitter, houve um aumento discreto de seguidores, 2%. No ano, as publicações alcançaram mais de 90 mil pessoas, com destaque para os meses de abril e maio, em que trabalhamos maciçamente a divulgação do Balanço do Orçamento Geral da União (BGU).

O Facebook, apesar de ter alcançado um número menor de usuários de mídias sociais ao longo do ano, pouco mais de 10.600 pessoas, mostra um aumento no número de seguidores, 2%. Já no YouTube, o número de visualizações continua em queda, 25% em relação a 2022.

Nas atividades de envio de informações por e-mail, a taxa de pessoas que abrem o e-mail é de 25%. Este número é acima da média de 21,33%, que a própria plataforma (MailChimp) considera satisfatória. Para 2024, continuamos com o desafio de usar mais a estratégia de e-mail marketing, que parece funcionar com nosso público. Contudo, o registro de novos contatos no mailing está estagnado – conseguimos somente 20 novos inscritos em 2023. O panorama aponta para a necessidade de realização de ações de captação de leads.

O cenário reforça a necessidade de repensarmos nossas estratégias de comunicação.

2.5.3. Inesc na mídia

Seguimos com nosso objetivo de tornar o Inesc uma referência frente à opinião pública, especialmente nos temas de orçamento público e justiça fiscal. Em 2023, aumentamos em 15,8% o número de citações na mídia a respeito desses assuntos. Além disso, estas representaram 60% do total de citações que abrangem todos os temas em que o Inesc atua.

Em 2023, produzimos 11 boletins de áudio que foram reproduzidos 3.094 vezes por rádios de todo o país.

Contudo, as menções ao Inesc na mídia internacional caíram 77%. Foram apenas 14 registros.

3. Objetivo específico 2: sujeitos políticos subalternizados têm seus modos de vida e suas práticas reconhecidos e considerados pelas políticas públicas para a efetivação de direitos nos âmbitos local, nacional e internacional

O Inesc busca atuar em **territórios** com o intuito de fortalecer alianças com movimentos e organizações, mas, também, de alimentar suas lutas e as de parceiros com as reais necessidades e demandas de quem tem seus direitos violados diuturnamente. Nesse sentido, temos ações no Distrito Federal e na Amazônia, especialmente no Pará, em territórios afetados por grandes empreendimentos da mineração, do agronegócio e de infraestrutura. Também atuamos na defesa dos direitos de povos indígenas e quilombolas.

3.1. Direito à cidade

No Distrito Federal, lançamos em 2023 a nova edição do [Mapa das Desigualdades](#), que mostra o aumento das distâncias que separam mulheres de homens, negros de brancos no DF. O Mapa foi debatido em [audiência pública](#) da Câmara Legislativa do Distrito Federal. No festival **Latinidades**, as juventudes do mapa participaram com as suas artes e formas de denúncias e resistências.

3.2. Justiça ambiental e climática

Na área **ambiental**, atuamos no âmbito do Observatório do Clima, uma coalizão de mais de 70 organizações que lutam pela defesa dos direitos socioambientais. Buscamos impedir que a legislação de proteção ambiental fosse substancialmente modificada ou destruída no Congresso Nacional.

Também participamos da organização da Cúpula da Amazônia, realizada em Belém em agosto de 2023.

3.3. Transição energética

Integramos a coordenação da [Coalizão Energia Limpa](#) e atuamos para limitar a expansão do gás, entendido pelo governo federal como fonte de transição.

Desenvolvemos uma [metodologia](#) para dimensionar os subsídios às energias renováveis.

Em parceria com diversos movimentos sociais, começamos a atuar para a implementação de salvaguardas nos contratos entre comunidades e empresas na geração de energia renovável. Para tal, além da organização de debates no território, elaboramos estudo que [analisou 50 contratos](#) e identificou uma série de violações aos direitos das comunidades. Realizamos atividades de incidência junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), órgão regulador do setor, e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), grande financiador de projetos de geração de energia eólica e solar.

3.4. Impactos de grandes empreendimentos

Em 2023, a atuação do Inesc nos territórios amazônicos deu continuidade ao enfoque dos últimos anos em duas regiões consideradas prioritárias: o oeste e o sudeste do Pará.

Na região oeste do Pará, estivemos em Itaituba e no distrito de Miritituba. Em parceria com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR/Rurópolis), a Universidade Federal do Oeste do Pará (Campus Rurópolis), a Associação Pariri, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Fórum da Amazônia Oriental (Faor), os Mundurukus e o Conselho Fiscal de Obras de Infraestrutura de Miritituba (Congefimi), uma organização formada por moradores do distrito, realizamos debates cujas discussões abordaram temas como o agronegócio na Amazônia, a infraestrutura de transportes e o clima.

Produzimos a websérie “[Tapajós: Uma breve história da transformação de um rio](#)”, que foi exibida em 2023 em seis festivais de cinema (nacionais e internacionais), além de ter recebido duas premiações e ser adicionada a duas plataformas de streaming: Bombozila e BoxBrasil. A animação registra como a paisagem e a vida dos povos que vivem às margens dos rios estão sendo brutalmente afetadas com as grandes obras.



3.5. Articulação com povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais

Em 2023, seguimos participando do GT da ADPF 742, agora sob coordenação do Ministério da Igualdade Racial, no qual incidimos pelos direitos das comunidades quilombolas.

Participamos ativamente do movimento contra o PL 490/2309, que desmontou parcialmente as garantias territoriais previstas na Constituição. Nessa incidência, as informações do dossiê “[Fundação Anti-Indígena](#)” serviram de subsídio. Construímos junto à APIB as estratégias de atuação no PPA participativo, avaliando os programas orçamentários e ações que vinham sendo desenhadas. Passamos a integrar o Comitê Gestor da PNGATI, integrando duas Câmaras Técnicas: Monitoramento e Financiamento e Mudanças Climáticas.

Em 2023, o programa “Mulheres Amazônidas” ampliou o alcance do nível local para o nacional, tendo como foco a política de cuidados, por meio de um intercâmbio com a

ONU Mulheres e da interlocução com o Ministério do Desenvolvimento Social e o Mercosul Social e Participativo.

As formações em orçamento e direitos voltadas para o monitoramento da destinação que os municípios da região sudeste do Pará (Canaã dos Carajás, Marabá e Parauapebas) dão aos royalties da mineração por meio da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) continuaram a acontecer. Buscamos ampliar o debate acerca das oportunidades para incidir junto ao poder público visando a construção de sistemas municipais de cuidado. Essa formação envolveu mais de 50 mulheres e foi organizada por elas mesmas.



3.6. Transferência de renda, novo Bolsa Família

O Inesc integrou a coordenação nacional da campanha “A renda básica que queremos”, que contribuiu de forma expressiva para que o valor do auxílio emergencial fosse estabelecido em R\$ 600. Com o advento da campanha presidencial, todos os candidatos passaram a defender esse valor. Após a vitória do presidente Lula, este passou efetivamente a ser o valor do Bolsa Família.

3.7. Atuando na agenda internacional para evitar retrocessos nos territórios

3.7.1. Impactos de acordos internacionais de comércio

A atuação do Inesc na agenda comercial internacional se dividiu entre a produção de estudos e informações, processos formativos e ações de incidência em âmbitos nacional e internacional. Essas atividades são realizadas por meio de duas redes em cuja coordenação o Inesc participa, a saber: a Frente de Organizações da Sociedade Civil Brasileira contra os Acordos entre UE-Mercosul e EFTA-Mercosul e a Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip).

Os principais objetos de atenção têm sido os acordos entre o Mercosul e a União Europeia, e o Mercosul e a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) que, da forma como estão sendo negociados, apresentam impactos sociais e ambientais extremamente danosos para o Brasil.

4. Objetivo específico 3: coletivos, movimentos, povos e comunidades tradicionais fortalecidos para a promoção da distribuição equitativa de poder na sociedade, com ênfase na ação política antirracista e feminista

O Inesc atua na defesa da democracia e na construção de relações de poder inclusivas e justas. Para tal, integra a Plataforma dos Movimentos Sociais por Outro Sistema Político, mas também desenvolve ações próprias ou em parceria com outros atores coletivos.

4.1. A CPMI dos Atos Golpistas de 8 de janeiro

A CPMI foi fundamental para investigar a trama que levou aos ataques antidemocráticos de 8 de janeiro. As organizações da sociedade civil vinculadas à rede do Pacto pela Democracia, que o Inesc integra, desempenharam um papel ativo, colaborando estreitamente com os parlamentares da Comissão. Com a entrega do relatório final da CPMI, organizações do Pacto elaboraram 12 sugestões para fortalecer a democracia e que estão reunidas no documento [Faça a Democracia Forte](#), entregue à Senadora Eliziane Gama, relatora da CPMI. O documento é um conjunto de sugestões da sociedade civil para que fosse incluído no texto final da Comissão. A entrega foi destaque em dezenas de veículos da imprensa, entre os quais os jornais [O Globo](#) e [Folha de São Paulo](#), os sites [Metrópoles](#), [O Antagonista](#), [Jovem Pan](#), entre diversos outros. A partir desse processo, foi criado, por iniciativa do Senado, a [Comissão Permanente em Defesa da Democracia \(CDD\)](#).

4.2. Campanha #ElasFicam

Participamos da coordenação da Campanha #ElasFicam, Campanha contra a violência de gênero e raça, em defesa dos mandatos das parlamentares de esquerda processadas no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados Célia Xakriabá (PSOL-MG), Sâmia Bomfim (PSOL-SP), Talíria Petrone (PSOL-RJ), Erika Kokay (PT-DF), Fernanda Melchionna (PSOL-RS) e Juliana Cardoso (PT-SP). Realizamos dezenas de ações digitais e presenciais na Câmara dos Deputados. A Campanha foi um sucesso, resultando na absolvição de todas as deputadas.

4.3. Acompanhamento da PEC 09/2023 e da Minirreforma Eleitoral

O Inesc integra o GT Reforma Eleitoral da Plataforma dos Movimentos Sociais por Outro Sistema Político, que incidiu principalmente na questão da PEC 09/2023 apelidada de “PEC do homem branco”, que previa a anistia aos partidos que não cumpriram a cota de recursos para mulheres e pessoas negras nas eleições de 2022, e a Minirreforma Eleitoral, prevista para impactar as eleições de 2024. Essas duas proposições legislativas formam um retrocesso nas poucas conquistas que tivemos nos últimos anos em relação ao sistema eleitoral.

O relatório acabou não sendo votado na Comissão, devido à pressão das organizações negras, de mulheres, da plataforma e da própria imprensa. Além do Parlamento, também atuamos na Procuradoria do Ministério Público para denunciar o teor retrógrado da proposta.

4.4. GT de Prevenção e Combate à Violência Política de Gênero do Ministério Público Federal

Integramos formalmente o GT de Prevenção e Combate à Violência Política de Gênero do MPF, representando a Plataforma dos Movimentos Sociais por Outro Sistema Político. Esse GT tem como atribuição propor ações, no âmbito do MPF, de ações de enfrentamento à violência política.

4.5. Jornada das Pretas

Participamos da 3ª Jornada das Pretas – Mulheres Negras Trans e Cis na Política, realizando formação sobre representatividade nas Eleições de 2024 e debate sobre Fundo Eleitoral, utilizando as pesquisas do Inesc sobre o tema realizadas em parceria com a Plataforma dos Movimentos Sociais por Outro Sistema Político. A Jornada teve como objetivo contribuir para políticas públicas urbanas que reduzam as desigualdades nas cidades, inclusive as de poder. A Jornada é uma iniciativa realizada em parceria com Oxfam Brasil, Instituto Alziras, Instituto Marielle Franco e Movimento Mulheres Negras Decidem.

5. Objetivo Específico 4: O Inesc tem a sua gestão institucional e a sua capacidade de captação de recursos aprimoradas.

5.1. Sustentabilidade financeira

Em 2023, seguimos com o processo de transição do colegiado de gestão iniciado em 2022. Com a saída da Iara Pietricovsky de Oliveira após mais de 40 anos de contribuição aos trabalhos no Inesc, dos quais mais de 20 anos no Colegiado de Gestão, assumiu Nathalie Beghin, Coordenadora de Assessoria nos últimos 10 anos e que passou a integrar o colegiado.

A estratégia de sustentabilidade financeira do Inesc é bastante consolidada. Contudo, em 2023, os efeitos da desvalorização do dólar e do euro se fizeram sentir, assim como a redução dos aportes de alguns parceiros e a não renovação de alguns projetos.

Com o intuito de dialogar com organizações europeias, o Inesc, em parceria com a Abong, realizou viagem de visita a parceiros estratégicos. No mês de setembro de 2023, Cristiane Ribeiro, do Colegiado de Gestão, juntamente com a ex-gestora Iara Pietricovsky e Henrique Frota, da Abong, estiveram em sete países – Portugal, Reino Unido, Noruega, Alemanha, Suíça, França e Bélgica – participando de dezenas de reuniões com parlamentares, representantes governamentais, representantes das embaixadas brasileiras nesses países e integrantes de organizações da sociedade civil. O percurso realizado possibilitou o fortalecimento de vínculos com organizações e fundações parceiras de longa data, bem como a interlocução e apresentação das áreas de atuação do Inesc para abertura de novas possibilidades de captação de recursos.

Em relação à captação de recursos de indivíduos, optou-se por abandonar a estratégia, por mostrar-se deficitária e com poucos retornos para o Inesc.

5.2. Formações internas

A equipe do Inesc segue em processo contínuo de formação e aperfeiçoamento. Em 2023, 100% dos profissionais participaram de cursos de capacitação com apoio direto ou indireto da instituição. Foram formações relacionadas a temas estratégicos, como mercado de carbono, feminismo, poder e participação política, encontros de aprendizagem, certificação CEBAS, LGPD, entre outros. Cabe destacar que esse foi o ano em que o Inesc seguiu investindo na ampliação das capacidades com planilhas e relatórios analíticos da equipe. Após o curso de Excel, do básico ao avançado, foi ofertado em 2023 o curso de introdução ao Power BI para os profissionais interessados. Também nesse ano, como estratégia de formação política, o Inesc fez a formação de todos os profissionais do quadro na temática do Racismo Ambiental. Por fim, apoiamos também a realização do mestrado de uma profissional.

5.3. Inovação

Podemos destacar duas inovações em 2023: a primeira trata do aperfeiçoamento da dinâmica de trabalho, instituindo o modelo de trabalho híbrido, mesmo com o retorno às atividades no escritório após a pandemia de Covid-19 que durou até 2022. A incorporação do modelo é uma estratégia de modernizar a dinâmica de trabalho, potencializar agendas e permitir maior flexibilidade.

A segunda inovação que destacamos é a construção e fortalecimento do conceito de Racismo Ambiental na instituição. Os esforços para essa iniciativa visaram fortalecer a perspectiva antirracista como marco de várias frentes de trabalho do Inesc, além de uma lente permanente para o trabalho e as relações no Instituto.

Como estratégia, o Inesc reuniu alguns especialistas e educadores da área para elaboração de material, troca/diálogo sobre a temática e ofereceu uma formação sobre o tema para toda a equipe.

Trata-se de uma ação em curso que prevê próximos passos, como a superação dos desafios sistematizados durante a oficina. Será um tema de permanente construção e atuação da organização.

6. Considerações finais: desafios para 2024

Em 2022, conseguimos eleger um governo democrático, ainda que com margem apertada, de apenas dois milhões de votos. A extrema direita está viva e mais organizada do que antes, além de bastante representada no Congresso Nacional. Foi o que o episódio de 8 de janeiro de 2023 nos revelou, quando uma horda de bolsonaristas assaltou e vandalizou o Parlamento, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal.

Os desafios do governo Lula em 2023 foram expressivos, pois o país encontrava-se devastado. Dois anos de pandemia e um poder público federal que deixou a desejar contribuíram para aumentar as desigualdades existentes. De acordo com a Oxfam, no Brasil, os 20 maiores bilionários do país têm mais riqueza do que 128 milhões de brasileiros (60% da população), e esse fosso vem se aprofundando.¹

O aumento das desigualdades, da pobreza, da fome e do desemprego, na área social, e do desmatamento, na área ambiental, constitui um exemplo das tristes mazelas que acometeram a sociedade brasileira em tempos recentes. Apesar desse quadro adverso, o governo Lula conseguiu dar passos importantes na retomada de políticas e programas relevantes para a realização de direitos humanos, além da reinstalação de mecanismos de participação social.

Contudo, o ano de 2024 não será fácil, não somente porque a economia irá crescer pouco, mas, também, porque os recursos orçamentários serão limitados em decorrência da nova regra fiscal que estabelece um teto aos gastos públicos. Ademais, o Congresso Nacional é majoritariamente conservador e clientelista, e impõe fortes restrições à atuação do Executivo. Há, ainda, a resistência de grande parte da sociedade a um governo liderado por Lula, o que vem sendo revelado por pesquisas de opinião que evidenciam a queda de popularidade do presidente.

Apesar desse quadro pouco alvissareiro, o Inesc continuará colaborando, adotando uma postura propositiva, mas também crítica, para fazer contraponto às forças conservadoras que sustentam a aliança política em torno de Lula. A tarefa será árdua em 2024, mas a causa demanda o firme enfrentamento dos desafios postos.

¹ A esse respeito, sugere-se a leitura do relatório “A Desigualdade Mata”. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/a-desigualdade-mata>>. Acesso em: 29 abr. 2023.

ANEXO I

Inserção política do Inesc nos âmbitos nacional e internacional

O Inesc participa de diversas redes e articulações e, em algumas delas, integra as instâncias de coordenação.

Em âmbito nacional:

- ABCD – Ação Brasileira de Combate às Desigualdades.
- Abong – Associação Brasileira de ONGs.
- Articulação Energia e Comunidades.
- Campanha Nacional pelo Direito à Educação.
- Coalizão pela Mobilidade Triplo Zero (zero tarifa, zero emissões, zero mortes no trânsito).
- Coalizão Direitos Valem Mais!
- Coalizão Energia Limpa (transição justa e livre do gás).
- Coalizão Negras por Direitos.
- Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração.
- FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.
- Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas.
- Fórum Feminista Antirracista por uma Política Nacional de Cuidados.
- Frente Brasil Popular.
- Frente de Organizações da Sociedade Civil Brasileira contra os Acordos entre UE-Mercosul e EFTA-Mercosul.
- Grupo Carta de Belém.
- GT Agenda 2023.
- GT Infraestrutura.
- MNI – Mobilização Nacional Indígena.
- Movimento Agenda 227.
- Observatório do Clima.
- Pacto pela Democracia.
- PAD – Processo de Articulação e Diálogo.
- Plataforma DHESCA – Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais.
- Plataforma dos Movimentos Sociais por um Outro Sistema Político.
- Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil.
- Projeto Brasil Popular.
- RAC – Rede de Advocacy Colaborativo.
- REBRIP – Rede Brasileira pela Integração dos Povos.
- Rede por Adaptação Antirracista.
- Rede Nacional de Ativistas pela Educação do Fundo Malala.

Em âmbito internacional:

- The Global Campaign to Reclaim Peoples' Sovereignty, Dismantle Corporate Power and Stop Impunity.
- Campanha contra a Austeridade.
- CEAAL – Conselho de Educação Popular da América Latina e do Caribe.
- CLACSO – Conselho Latino-americano de Ciências Sociais.
- Comitê Impulsor da Iniciativa Princípios e Diretrizes de Justiça Fiscal e Direitos Humanos.
- Fórum Social Mundial de Justiça e Democracia.
- GIFT – Global Initiative for Fiscal Transparency.
- Grupo de Trabalho sobre o BRICS da Coalizão Direitos Humanos no Desenvolvimento.
- Lateral.
- Latindadd – Red Latinoamericana por Justicia Económica y Social.
- RJFALyC – Red de Justicia Fiscal de América Latina y el Caribe.
- Tribunal Popular Internacional sobre o Sistema de Justiça.
- Stop EU-Mercosur Agreement.

ANEXO II – Resultados alcançados em 2023

Objetivo Geral: o Brasil avança na construção de um ambiente democrático, com distribuição de poder, e orienta seu orçamento público para promover direitos com equidade.				Resultados Data da última atualização: 25/03/2024	
Objetivos Específicos	Resultados	Indicadores	Linha de Base 2021	2022	2023
OE1 – Sujeitos de direitos diversos com capacidade para influenciar, em âmbitos nacional e internacional, o orçamento público no enfrentamento das desigualdades e das iniquidades, em especial o sexismo e o racismo.	R1.1 Sujeitos de direitos diversos formados na metodologia O&D incidem junto aos poderes públicos na defesa de seus direitos.	I-1.1.1 % de pessoas formadas que realizaram atividades de incidência no orçamento público (municipal, estadual ou nacional) no ano da formação.	7%	7%	21%
		I-1.1.2 % de pessoas formadas que realizaram atividades de incidência referentes às desigualdades de gênero e raça no ano da formação.	0%	7%	9%
		I-1.2.1 Número de medidas implementadas pelos poderes públicos, em âmbito local, estadual e nacional, como resultado da atuação do Inesc e dos parceiros formados.	36	8	18
		I-1.2.2 Número de medidas implementadas pelos poderes públicos nas áreas de igualdade racial e equidade de gênero, em âmbito local, estadual e nacional, como resultado da atuação do Inesc e dos parceiros formados.	6	3	5
	R1.2 Políticas públicas incorporam demandas do Inesc e parceiros para garantir direitos.	I-1.3.1 Número de medidas implementadas por atores públicos internacionais como resultado da contribuição do Inesc e parceiros (IFI, Agenda 2030, OEA, CDH/ONU).	2	3	2
	R1.3 Atores públicos internacionais e coalizões de OSC incorporam propostas do Inesc e parceiros por justiça e equidade (IFI, Agenda 2030, OEA, CDH/ONU).	I-1.4.1 Número de citações ao Inesc nas mídias nas temáticas fiscal e de justiça econômica.	1444	2809	3254
	R1.4 Inesc reconhecido como referência nas áreas de orçamento público e justiça fiscal	I-1.4.2 Posição do Inesc na página do Google quando se pesquisa “orçamento público” e “justiça fiscal”.	Nona página	2º Justiça Fiscal/sem posição/Orç. Pub	7º Justiça Fiscal/sem posição/Orç. Pub
		I-1.4.3 Número de citações ao Inesc nas temáticas fiscal e de justiça econômica nas mídias internacionais.	0	61	14

Objetivos Específicos	Resultados	Indicadores	Linha de Base 2021	2022	2023
OE2 – Sujeitos políticos subalternizados têm seus modos de vida e suas práticas reconhecidos e considerados pelas políticas públicas para efetivação de direitos nos âmbitos local, nacional e internacional.	R2.1 Processos formativos impulsionados pelo Inesc assim como informações produzidas pelo Instituto mobilizam sujeitos de direitos para incidir junto aos poderes públicos locais e nacionais no sentido de fortalecer uma narrativa de territórios sustentáveis, justos e fundados em direitos.	I-2.1.1 Número de sujeitos parceiros do Inesc – locais, regionais e nacionais – que agem para fortalecer uma narrativa de territórios sustentáveis, justos e fundados em direitos.	20	21	113
		I-2.1.2 Número de ações culturais que fortalecem as narrativas de resistência e de afirmação das lutas populares.	35	8	5
		I-2.2.1 Número de medidas implementadas por atores públicos internacionais como resultado da atuação do Inesc com parceiros (COP, Acordos Mercosul/UE e Mercosul/EFTA).	0	2	2
OE3 – Coletivos, movimentos, povos e comunidades tradicionais fortalecidos para a promoção da distribuição equitativa de poder na sociedade, com ênfase na ação política antirracista e feminista.	R3.1 Plataforma dos Movimentos Sociais <i>por Outro</i> Sistema Político fortalecida pela ação do Inesc.	I-3.1.1 Número de organizações, movimentos e coletivos que participam da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político com o apoio do Inesc.	92	138	146
		I-3.1.2 Números de impressões e visualizações nos canais de comunicação (site, mídias sociais) da Plataforma dos Movimentos Sociais por um outro Sistema político.	60.966	74.821	49.173
		I-3.2.1 Número de medidas implementadas pelos poderes públicos como resultado da atuação do Inesc com outros.	9	5	9
	R3.2 Inesc atuando com outros para fortalecer o debate sobre a democracia.				

Objetivos Específicos	Resultados	Indicadores	Linha de Base 2021	2022	2023
OE4 – O Inesc tem a sua gestão institucional e a sua capacidade de captação de recursos aprimorada.	R4.1 O Inesc é uma organização que incorpora processos de aprendizagem, <i>até mesmo</i> para assegurar sua sustentabilidade financeira.	I-4.1.1 Valor total do orçamento do Inesc.	R\$ 9,4 milhões	R\$ 10,6 milhões	R\$ 10,7 milhões
		I-4.1.2 Número de ações de inovação implementadas.	4	1	2
		I-4.1.3 % de pessoas negras nos espaços decisórios (Conselho Diretor, Colegiado de Gestão).	0	38%	número se mantém o mesmo do ano anterior
	R4.2 O Inesc com maior integração e colaboração entre as áreas.	I-4.2.1 % de profissionais do Inesc participando de processos de formação.	62%	74%	100%
		I-4.2.2 % de pessoas da equipe do Inesc satisfeitas em relação à integração e colaboração.	87%	87%	83%

Notas de ajustes do Quadro Lógico:

- (I) No resultado do Objetivo Estratégico 3.1, o nome *Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma Política* foi reformulado para *Plataforma dos Movimentos Sociais por um Outro Sistema Político*. Essa mudança foi acordada durante o Encontro Nacional realizado em 2022.
- (II) O resultado do Objetivo Estratégico R3.2, intitulado “Inesc atuando com outros para fortalecer o debate sobre a democracia”, foi criado em 2023 em processo de revisão do Quadro Lógico.
- (III) O indicador de comunicação I-3.1.2 sofreu mudanças na sua formulação durante a revisão do Quadro lógico realizado em 2023, passando a abranger as mídias sociais e site da Plataforma por um Outro Sistema Político.
- (IV) O indicador I-4.1.2, intitulado “Número de doadores individuais recorrentes” foi revisto em 2023 e deixou de ter relevância para o Planejamento Estratégico. A avaliação foi de que os esforços para manter o indicador resultava em poucos efeitos para a organização.

